

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Na **Folha de Texto Definitivo**, a presença de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da sua prova discursiva.
- Ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **30,00 pontos**, dos quais até **1,50 ponto** será atribuído ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado).

-- PROVA DISCURSIVA --

Estudo de caso

No último ano de mandato do prefeito de um município potiguar (2024), a equipe de auditoria constatou um aumento de 15% na despesa total com pessoal em relação ao ano anterior, decorrente da concessão de reajuste salarial geral anual e da contratação de novos servidores aprovados em concurso público.

Ao analisar o relatório de gestão fiscal (RGF) do 2.º quadrimestre, verificou-se que a despesa com pessoal atingira 53% da receita corrente líquida (RCL) do município. Além disso, nos últimos 180 dias de seu mandato, o prefeito contraiu obrigações de despesa sem que houvesse disponibilidade de caixa suficiente para o pagamento das respectivas parcelas no exercício seguinte.

Com base no caso hipotético apresentado e no disposto na Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), redija texto dissertativo em atendimento ao que se pede a seguir.

- 1 Esclareça se o referido município ultrapassou algum limite e discorra sobre a diferença entre limite prudencial e limite máximo para o Poder Executivo municipal, explicitando o que deve ser feito caso sejam ultrapassados. [valor: 9,50 pontos]
 - 2 Indique as vedações impostas ao gestor ao atingir tais limites e as medidas de retorno previstas na LRF. [valor: 9,50 pontos]
 - 3 Analise, sob a ótica do art. 42 da referida lei, a legalidade da contratação, pelo prefeito, de despesa nos últimos 180 dias de seu mandato. [valor: 9,50 pontos]
-

ESTUDO DE CASO – RASCUNHO 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

ESTUDO DE CASO – RASCUNHO 2/2

21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	